

Terça-Feira, 23 de Dezembro de 2025

Audiência pública em Jangada debate inclusão de via urbana na duplicação da BR-163

"Tirar a rodovia dali é você praticamente acabar com o município",

Redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) promove audiência pública em Jangada (75 km de Cuiabá), na próxima sexta-feira (14), para discutir a inclusão do trecho da BR-163 que passa pela cidade no traçado da duplicação da estrada que corta o município. O debate será realizado na Câmara Municipal, às 9h.

Requerente da discussão, o deputado estadual Eduardo Botelho (União) pretende avançar nas tratativas para atender a demanda feita pela população de duplicar a BR-163 no trecho urbano, onde estão instalados comércios que sobrevivem do movimento trazido pela estrada. "O projeto original prevê [o trecho duplicado] sair fora de Jangada. Nós já vimos esse filme em outros lugares, como Juscimeira, São Pedro da Cipa, em que a cidade praticamente morreu com o desvio da rodovia. Jangada já tem uma deficiência de geração de emprego, já é um município pequeno. Então, tirar a rodovia dali é você praticamente acabar com o município", alerta o parlamentar.

"Nós temos ali mais de cem comércios, são mais de 500 pessoas que trabalham, mais de duas mil famílias, pessoas que vivem em função daquilo. Então, não tem sentido tirar essa rodovia de dentro da cidade, ela tem de ficar dentro da cidade passando por Jangada. Esta é a nossa luta, também para salvar aquele pastel bacana que tem lá e que todo mundo gosta", argumenta Botelho.

Foram comunicados sobre a audiência pública em Jangada o Governo do Estado, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec-MT), a Casa Civil, a concessionária Rota do Oeste, além de organizações representativas setor produtivo, como Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio) e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Mato Grosso (FCDL).

Também foram chamados senadores, deputados federais e estaduais, além de autoridades locais, incluindo o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores.